

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA  
NO DIA 27 DE JUNHO DE 2008:

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, iniciou-se e teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 2008

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.3 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE – CENTRO ANTIGO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Joaquim Santos, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Paula Cristina Massano Nunes Correia e José Augusto Ribeiro da Silva, que substituiu o Sr. Deputado Augusto Oliveira Santos, nos termos da alínea c) do nº 1 do Artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro. Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados César Fernando Lima Branquinho e Paula Francisca Rodrigues Gomes, que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .

No ponto um ponto um - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 2008, não se registando qualquer pedido de intervenção passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

De seguida foi dado a conhecer pelo Sr. Primeiro Secretário o teor de um ofício da Associação de Técnicos Administrativos Municipais, informando da realização em Torres Vedras do seu XXVIII Colóquio Nacional de 1 a 4 de Outubro próximos e das condições de inscrição para participar.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a seguir a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pelo Sr. Deputado José Augusto Sousa, que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a legalidade da nova taxa de disponibilidade constante da factura da água e se a implementação desta nova taxa tinha sido uma deliberação das Águas do Planalto ou se teria sido discutida em Reunião de Câmara. Esta nova taxa, que disse ser superior ao antigo valor do aluguer do contador, não sabendo se era legal, sabia sim que era penalizadora para os munícipes e por isso solicitava à Câmara Municipal que fizesse chegar às Águas do Planalto o desagrado que a mesma provocou.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, informou que se poderia considerar que a actual taxa de disponibilidade vinha substituir o antigo aluguer do contador que por lei não podia ser cobrado. Considerou que a taxa de disponibilidade, que era legal, teria sido um artifício encontrado pelas entidades que vendiam água e não só, que permitia a arrecadação de uma receita que não podiam dispensar. Esta taxa surgiu em resultado de um parecer do Instituto Regulador de Águas e Resíduos que considerou a taxa legal, permitindo a lei a cobrança de uma taxa de disponibilidade de serviços. O assunto foi discutido na reunião de Municípios do Planalto Beirão e a justificação para esta taxa resultava do custo da disponibilização de serviços destinados ao consumidor. Assim, esta taxa era para fazer face aos custos de construção, alteração e manutenção dos serviços. Frisou que foram todos os concessionários do país que transformaram a taxa de aluguer do contador na nova taxa de disponibilidade.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que e porque não tinha mais nenhuma informação a prestar além da que já tinha sido fornecida aos Srs. Deputados, solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para que a sua intervenção fosse sobre a questão do estacionamento pago no centro da cidade, uma vez que o assunto tem sido alvo de alguma especulação e de preocupação para os munícipes. Dada a autorização, apresentou em PowerPoint com a intenção de esclarecer todos os presentes os dez parques onde irá ser pago o estacionamento, a sua localização, os já existentes e os a construir, o número de lugares de cada parque, o modo de cobrança do estacionamento, as alternativas a cada um deles em relação à existência de estacionamento grátis e número de lugares disponíveis. No total haverá

cerca de 419 lugares de estacionamento pago e cerca de 230 lugares de estacionamento grátis, havendo ainda cerca de 25 lugares de estacionamento para deficientes. A distância máxima entre lugares a pagar e grátis será de cerca de 200 metros. Informou também que esta situação resultava do Projecto de Mobilidade Sustentada que a Universidade de Coimbra em conjunto com a Câmara Municipal estava a elaborar para a zona antiga de Santa Comba Dão e que implicava alterações à movimentação, com alguns sentidos únicos, ruas a encerrar ao trânsito e construção de uma circular externa, que logo que definidas seriam apresentadas à Assembleia. Focou também o valor das tarifas a pagar por hora e o preço dos cartões periódicos, quer para comerciantes quer para residentes nas diversas modalidades (mensal, trimestral, semestral e anual) estes cartões serão pessoais nada tendo a ver com a matrícula da viatura. Deu a seguir alguns exemplos quanto ao valor a despendar consoante as opções a tomar por cada um. Disse ainda que os parques pagos se destinavam essencialmente para estacionamento de curta duração e com a vantagem de haver a garantia de estacionamento perto dos serviços de forma a poupar tempo e combustível. Referiu o horário e os dias em que o estacionamento está sujeito a taxas de forma a desmistificar alguma informação que tem circulado. Focou o modelo de financiamento, a previsão de receitas a obter e despesas a suportar, salientando que o IVA resultante do investimento era reembolsável. Referiu a influência e a proximidade de serviços a cada parque. Terminou frisando que a situação tinha sido devidamente estudada e ponderada, não só pela Câmara, mas também com entidades independentes. Disse ainda ter sofrido algumas pressões para que esta decisão não fosse tomada, que apesar de não ser popular entendia que era uma medida necessária para Santa Comba Dão e iria resolver problemas de mobilidade que iriam surgir futuramente. As decisões tinham que ser tomadas com tempo, independentemente de possíveis penalizações que pudessem surgir, que não estava muito empenhado em ganhar eleições, mas sim fazer o que achava melhor para a sua terra.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que disse não estar à espera da apresentação que foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara e que no seu entender a situação agora apresentada tinha aspectos um pouco diferentes da que foi apresentada na altura da proposta. Aproveitava a ocasião para referir que não ia com muita frequência a Municípios onde o estacionamento era pago, situação com que até concordava, e quando ia não era para enriquecer esses Municípios como tinha sido dito pelo Sr. Presidente. Por outro lado teria todo o prazer em contribuir com algumas taxas de estacionamento em Santa Comba Dão, que no seu caso considerava um luxo, devido ao local da sua residência e portanto os luxos tinham que ser pagos. Disse concordar com a filosofia de dissuadir tanto quanto possível as pessoas de utilizar sistematicamente o seu automóvel sob o ponto de vista ecológico, ambiental e conservação de recursos e portanto a criação de estacionamento pago sob este ponto de vista era aceitável. Não concordava com as taxas apresentadas em que os comerciantes eram beneficiados em relação aos moradores e entendia que estes residentes na área abrangida pelo estacionamento eram discriminados em relação aos moradores fora das áreas de estacionamento pago. Em relação aos números apresentados disse não terem sido referidas todas as colunas que foram apresentadas na sessão anterior e se era acusado de estar a brincar com os números estariam muito enganados, pois não se servia deles com fins políticos, se o Sr. Presidente estava ali a defender o que considerava

serem os interesses de Santa Comba Dão, ele também estava a defender o que considerava serem os interesses de Santa Comba Dão e não estava ali para ganhar eleições, pois não tinha nada a ganhar a não ser pequenos dissabores e más interpretações, sendo acusado de intenções que não tinha. Considerou que a defesa dos interesses de Santa Comba Dão era de todos e todos mereciam o mesmo respeito. Achava que não foram apresentadas nas despesas todas as fracções que foram apresentadas na sessão anterior que iriam dar à receita de seis ou sete mil euros, não considerando o encaixe inicial de um milhão de euros que na sua opinião era o aspecto mais importante das contas, pois aquele encaixe dava muito jeito. Disse ainda que numa próxima oportunidade e quando os valores fossem apresentados com tempo e noutras condições faria a sua análise e interpretação. Terminou frisando que não era contra o estacionamento pago, mas sim contra a proposta da Câmara em muitos dos seus aspectos.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara registou com agrado a posição de concordância do Sr. Deputado quanto ao estacionamento pago. Referiu que efectivamente na apresentação da proposta havia a coluna do IVA, que na altura ainda não sabia que era reembolsável mas nesta altura já tinha a certeza que o era e portanto vinha daí a diferença quanto à despesa que foi apresentada. Em relação à opinião de que haveria outras medidas a implementar, disse estar todos os dias à espera que a oposição apresente alternativas que caso sejam boas serão aceites. Em relação aos preços dos cartões para comerciantes serem mais baratos do que para moradores, disse que estes não teriam o problema de pagar estacionamento devido ao horário aplicado, isenção das 18.30h às 08.30h e nos fins-de-semana, ao contrário dos comerciantes cujo próprio horário de actividade coincidia com o horário de pagamento de estacionamento. Além disso considerava que se devia privilegiar o comércio tradicional devido às dificuldades que atravessa. Também por lei as novas construções têm que ter alguma área para estacionamento por morador, assim caso as taxas fossem iguais estar-se-ia a criar condições para fugir à lei e em vez de lugares de estacionamento seria feitas lojas ou outra coisa qualquer. No caso vertente haveria um maior número de comerciantes em relação aos moradores que não utilizam o carro durante o dia. Terminou dizendo que nunca afirmou que a defesa dos interesses de Santa Comba Dão era apanágio de uma força política específica, mas sim de todos e ele como Santacombadense iria defender os interesses da sua terra em qualquer lugar e circunstância.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa, que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se a exploração dos parques de estacionamento seria feita pela parceria ou por uma sociedade a constituir para o efeito. Seguidamente referiu uma obra em fase de concurso constante da informação sobre a actividade do Município: a concepção e execução de sistema de repuxos na Ribeira das Hortas – Largo do Município. Achava interessante os repuxos, mas estava preocupado com a degradação da Ribeira, onde antigamente havia muitos peixes, cobras, rãs e enguias e hoje nem uma rã se vê, o estar-se a fazer repuxos e açudes sem requalificar a ribeira, na sua opinião não era um bom serviço à comunidade. Referiu que o fundo da Ribeira era um pântano de lodo, não sabia se era das ETARs a montante ou dos canos de esgoto que lá vão ter, o que era um facto é que todos os animais desapareceram da Ribeira. Apoiava todas as obras, achava no entanto que neste caso deveria haver da parte da Câmara o

empenhamento para que primeiro se tratasse da saúde da Ribeira e depois se fizessem as obras.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que também partilhava da preocupação do Sr. Deputado, mas que não tinha sido ele a criar as condições que provocaram o desaparecimento dos animais. Também se lembrava do tempo da existência dos peixes e das cobras e estava preocupado com a situação, lembrou ao Sr. Deputado que já se devia ter preocupado com uma situação que não era de agora e já tinha muitos anos. Tendo o Sr. Deputado discordado, do seu lugar, desta afirmação, o Sr. Presidente perguntou quem tinha construído as ETARs existentes, lembrando até uma intervenção feita pelos serviços da Câmara na ETAR de S. Joaquinho para limpar tudo o que estava a ser enviado para a Ribeira, situação que considerou lamentável, que foi solicitada pelo Sr. Presidente da Junta e que poluía gravemente a Ribeira das Hortas. Disse que gostava de ter possibilidades de despoluir toda a Ribeira mas terão que ser gastos alguns milhões para o fazer. Lembrou o caso do Rio Trancão em Lisboa, aquando da Expo 98 e que agora terá que sofrer nova intervenção. Quanto aos repuxos, tinham a ver com o enquadramento que se deu ao Largo do Município e pretendia-se que naquela zona, visitada por muita gente de fora e que gostava do que viam, fosse criado um sistema que permitisse que a água estivesse sempre em movimento, porque no Verão e com a falta de água, esta torna-se verde e deita um cheiro por vezes insuportável. Os repuxos também serão para embelezar, mas essencialmente serão para ter a água em movimento e que esta seja oxigenada e não venha a acontecer o que tem acontecido nos últimos Verões. Será uma despoluição localizada e quanto à situação a montante essa custará milhões, mas tinha a esperança de um dia o poder fazer de forma a que a ribeira viesse a ter a vida de outrora. Actualmente a única vida que lá se vê é a vegetação selvagem que obriga a fazer limpezas. Comungava inteiramente da preocupação do Sr. Deputado, mas a explicação para esta obra, que com certeza iria ser comparticipada também tinha como objectivo questões ambientais.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer, que com certeza as ETARs já vinham de trás, que o desaparecimento dos animais podia já vir a acontecer, mas nestes últimos tempos era total, sendo a responsabilidade de todos e que deviam ser controlados os esgotos que se encontram rebentados sendo responsabilidade da Câmara, desta ou de outra. Quanto aos repuxos oxigenarem a água, considerou haver uma medida simples que era criar desníveis no próprio leito, uns açudes que serviam perfeitamente. Referiu ainda que as intervenções feitas à vegetação tinham que ser feitas com cuidado de forma a não a fazer desaparecer, pois a vegetação também ia oxigenando.

O Sr. Presidente da Câmara pediu para responder, referindo que naquele local o sistema de desníveis não era possível por uma questão de cotas e neste caso sabia do que estava a falar pois a sua especialidade era precisamente hidráulica. Dos Bombeiros, onde até foi feita uma represa, para cima, claro que era possível fazer os açudes pois o desnível é grande, havendo até situações de cascata, mas naquele troço era impossível. Em relação à rede de esgotos, disse que estava em curso um projecto, que infelizmente estava atrasado, para reabilitar toda a rede de esgotos que existe na zona da Ribeira, que é complicado devido à existência de muitas ligações clandestinas à rede de esgotos, difíceis de identificar e que sem qualquer civismo da parte das pessoas vão aumentando

dia a dia. Em relação ao problema da vegetação, concordava mas informou que as instruções que eram dadas eram para cortar e não para arrancar e portanto o trabalho era feito com esse cuidado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois ponto dois - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este justificou a revisão com a necessidade de contemplar novas verbas e projectos que vão surgindo com a saída dos regulamentos do QREN. Assim tinham que ser apresentados projectos que não estavam previstos e necessariamente adequar as verbas necessárias. Neste caso constavam os projectos na Helipista e Quartel dos Bombeiros, Requalificação e Reabilitação de parte da Ex-EN2 e parte da Ex-EN234, Requalificação da Ribeira das Hortas e Beneficiação da Unidade de Cuidados Continuados. Não havendo qualquer pedido de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE – CENTRO ANTIGO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este justificou a apresentação do regulamento para que a publicidade a afixar na zona antiga de Santa Comba Dão obedeça a regras e assim seja uniforme, pois colocar publicidade numa zona nobre e que é protegida sem regras e normas, não era admissível. A zona abrangida e contemplada no regulamento tinha sofrido uma pequena alteração por proposta do Partido Socialista em reunião de Câmara. Referiu ainda ser seu propósito propor para o próximo ano que a publicidade deixasse de ser taxada, embora tivesse que ser licenciada.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa, que denunciou a publicidade sem critérios que é colocada nas árvores, nos postes de sinalização e em mais lugares, que ainda por cima é colocada com agrafos ou com pregos e que depois não é retirada. Para evitar tal situação sugeriu que fosse criado um local próprio para divulgação das festas e acontecimentos que se realizam no concelho.

Não havendo mais pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara solicitou a todos os Srs. Deputados o preenchimento de um impresso onde assinalavam a vontade ou não de receber os documentos das sessões por via electrónica, pois assim poupar-se-ia uma grande quantidade de papel.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não havendo pedidos de intervenção por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezasseis horas e cinquenta minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.